

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

### **Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Pode ler-se num comunicado a que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda teve acesso e que foi enviado para várias entidades – incluindo a tutela - que “*Os Assistentes de Sala subcontratados pelo TNSJ uniram-se ontem, dia 23 de março, pelas 18h, num protesto contra o despedimento injustificado de 4 dos seus trabalhadores, assim como pela situação precária da equipa. Depois do protesto de outros trabalhadores na mesma situação, noutras salas do país (como a Casa da Música, Serralves ou o MAAT), estes trabalhadores juntam-se à luta pela valorização da função de Assistência de Sala e pelo fim da precariedade em todo o sector cultural de Portugal. Depois deste manifesto, os trabalhadores avançam com denúncias à Autoridade para as Condições do Trabalho.*”

O Teatro Nacional São João (TNSJ), enquanto entidade pública empresarial, é detido a 100% pelo Estado e sujeito aos poderes de superintendência e tutela dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Cultura, a exercer conjunta e individualmente.

Por decisão do Conselho de Administração do TNSJ, nomeado pelo Governo, foi lançado um concurso para a prestação de serviços de frente casa – Assistentes de Sala e Bar, que foi adjudicado à HP – Hospedeiras de Portugal, Promoção e Imagem, Lda. (HP), no dia 13 de setembro de 2022, no valor total de €102.016,00 (€25.190,40, referente a 2022, e €76.825,60, referente a 2023).

A decisão de manter a externalização desta função pertence ao Governo e é inaceitável. Estes trabalhadores e trabalhadoras, apesar de constituírem uma necessidade permanente do TNSJ – uma vez que não há nenhuma sala de espetáculos que funcione sem assistentes de sala –, foram subcontratados por uma empresa de outsourcing, que os contrata espetáculo a espetáculo, de forma totalmente inadequada à situação laboral em causa, perpetuando a situação de precariedade que existe no setor, com a conivência do Governo. A generalização do recurso ao falso *outsourcing* nas instituições públicas do setor da Cultura foi um argumento recentemente utilizado, inclusive, por parte da Fundação EDP, em resposta às justas reivindicações dos e das assistentes de sala do MAAT, para justificar a ausência de contratos de

trabalho.

Os e as assistentes de sala do TNSJ referem uma série de condições de trabalho que evidenciam estar em causa uma situação de falso *outsourcing*: ordens diretas do TNSJ, utilização de equipamentos e instrumentos de trabalho do TNSJ, obrigatoriedade de uso de farda com a identificação do TNSJ. A atuação das autoridades administrativas com competência inspetiva, tanto no setor da cultura, como do ponto de vista do cumprimento da legislação laboral, é essencial para que estes trabalhadores e trabalhadoras consigam ver a sua relação laboral reconhecida.

As denúncias de violação dos direitos laborais, de assédio moral, dos trabalhadores do setor da Cultura são uma constante e comuns aos vários casos, como: Serralves, Casa da Música, MAAT. A instabilidade dos vínculos contratuais, por um lado, que não permite um exercício pleno dos seus direitos laborais, e a certeza, por outro, que aquela relação que, muitas vezes, envolve ainda uma entidade terceira, irá terminar abruptamente e sem qualquer garantia para quem já se encontra numa situação tao fragilizada.

De acordo com o comunicado dos Assistentes de sala do TNSJ, o despedimento destes quatro trabalhadores – alguns dos quais já trabalhavam no TNSJ antes do contrato celebrado com a HP, sem qualquer fundamento ou indemnização – é uma retaliação após estes trabalhadores terem apenas pedido explicações sobre os métodos de colocação dos assistentes de sala do TNSJ.

A externalização de serviços é uma prática reiterada no Estado e uma decisão errada. O recurso ao falso *outsourcing* no setor da Cultura, à semelhança do que acontece em outras áreas, apenas garante a estes trabalhadores baixos salários, más condições de trabalho e promoção das situações de precariedade. Exemplo disso, são os próprios cadernos de encargos preparados pelas entidades públicas em que não existe qualquer salvaguarda relativamente a estas situações, nem qualquer previsão de fiscalização das mesmas. É o próprio Estado que promove direto o desrespeito pelos direitos laborais e contraria o compromisso de combate à precariedade previsto no Estatuto dos Profissionais da Área da Cultura.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social, as seguintes perguntas:*

1. Tem o Governo conhecimento desta situação?
2. Que medidas de natureza inspetiva foram realizadas pela Autoridade para as Condições do Trabalho e pela Inspeção-geral das Atividades Culturais, do Ministério da Cultura perante a situação de precariedade e abuso patronal em que se encontram as e os assistentes de sala do TNSJ? Quais os resultados?
3. Vai o Governo garantir, através do Conselho de Administração do TNSJ, e nas demais instituições públicas por si tuteladas, medidas concretas de combate à precariedade e ao assédio, designadamente através da contratação direta de trabalhadores, pondo termo ao sistemático recurso ao falso *outsourcing* e a empresas de trabalho temporário?

Palácio de São Bento, 29 de março de 2023

Deputado(a)s

ISABEL PIRES(BE)

JOANA MORTÁGUA(BE)